

A. GOMES DA COSTA



“uma desobediência histórica” e a formarem uma frente ampla contra o reembolso da dívida e dos juros. E as suas palavras têm um endereço certo, que é o Brasil, onde as dificuldades recentes verificadas na balança comercial e a proximidade de novo “round” na negociação com o “Clube de Paris” — isso para já não falarmos do choque interno causado pelos reajustamentos do “Plano Cruzado” — levantaram de novo a panacéia da moratória, sob o olho lúbrico de certos segmentos ideológicos que há muito preconizam o “calote” ferado aos banqueiros. O pior de tudo é que se começa a colocar a alternativa como uma fórmula mágica do “i-

luminismo econômico”, de onde escorrerá o mel do bem-estar e da prosperidade, e ainda como expressão da soberania perante o imperialismo estrangeiro e as teorias do F.M.I. Da mesma forma como havia quem pensasse que com o congelamento dos preços estava extinta a inflação, também existe quem defenda a moratória pensando que com ela está salva a honra e resgatada a pobreza do povo.

As sucessivas declarações do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central afastando a hipótese e insistindo nas vantagens de ser mantida, com os credores, a linha do diálogo, se demonstram, por um lado, que as

autoridades brasileiras estão no firme propósito de não endossar as propostas demagógicas de certos governos da América Latina, denunciando, por outro, a existência de pressões para suspenderem o pagamento da dívida.

Ninguém tem dúvidas quanto à necessidade de se proceder a uma ampla e profunda revisão na sistemática financeira e no reordenamento da economia universal. Do jeito que está, nem os países do Terceiro Mundo têm condições de amortizar o que devem (a dívida externa nunca se paga...), nem poderão suportar as sangrias que sofrem, a cada ano, através da remessa de juros e dividendos, da deterioração nos preços das matérias-primas, etc.

Defender novas relações entre o Norte e o Sul, fazê-lo com inteligência e à luz dos interesses nacionais, pouco tem a ver, entretanto, com os esguichos de retórica dos políticos e, muito menos, com as fanfarronadas de certas lideranças do Continente que escondem no discurso pronunciado fora de portas a incompetência para solucionar os impasses da administração interna.

O general Galtieri jogou no episódio das Malvinas com o patriotismo do povo argentino — e saiu-se mal, submetendo o país a um sacrifício gigantesco e inútil; o Sr. Alan Garcia, na luta contra o imperialismo financeiro, joga na moratória — e quer que os vizinhos o acompanhem, provavelmente para ter mais espaço para o discurso e para as entrevistas. Os nossos temores, como os do bispo de Silves contra os cristãos-novos, não são de todo infundados.

A importância e a responsabilidade do Brasil no concerto mundial não se comparam com as de outros países da América Latina. Por isso, as decisões e a política externa do Governo brasileiro têm consequências muito mais abrangentes e profundas do que os pontos de vista de outras chancelarias.

Tomemos, como exemplo, o caso da dívida e das sugestões que estão a ser feitas, aqui e alhures, para que o Brasil, à frente dos países do Terceiro Mundo, solicite a moratória nos pagamentos. Já não é de hoje o entendimento do Itamarati segundo o qual os aspectos específicos e as particularidades de cada devedor aconselham uma negociação isolada com a comunidade financeira internacional. E há lógica nesse princípio, pois não só os estágios de desenvolvimento e as potencialidades das economias variam muito, como também o próprio esforço das nações, a sua formação histórico-cultural e a credibilidade dos respectivos governos representam fatores que são considerados e levados em conta na análise do problema.

O Sr. Alan Garcia, presidente da República do Peru, pode achar que os empréstimos externos são “mitos” — e que, portanto, não devam ser pagos. Mas ao invés de ir junto aos credores de seu País e provar-lhes, pela contabilidade e pela semântica, o caráter irreal dos financiamentos recebidos e das linhas de crédito utilizadas, Sua Excelência manda-se para o México e de lá, em entrevista pela televisão, conclama os países sul-americanos a cometerem